

## Os fundamentos do ensino na lógica dos oratorianos portugueses no século XVIII

*The fundamentals of teaching in the logic of portuguese oratorians in the 18<sup>th</sup> century*

Júnior César Pereira

Doutorando em Educação no PPGE da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

[juniorenghawaii@hotmail.com](mailto:juniorenghawaii@hotmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/3374492420704737>

### Resumo

Em meados do século XVIII, alguns filósofos membros da Congregação do Oratório em Portugal sistematizaram e divulgaram as tendências da lógica baseadas na Arte de pensar de Port-Royal com o objetivo de substituir o método científico aristotélico-escolástico utilizado pelos padres da Companhia de Jesus em sua pedagogia. Assim, homens como Manoel Álvares e Teodoro de Almeida, prescreveram algumas diretrizes que julgaram ser essenciais para o efetivo aprendizado das pessoas e sua conseqüente evolução. Com base nisso, a intenção central desse trabalho é contextualizar historicamente essas ideias, enfatizando a preocupação filosófica no que tange ao método de ensinar presente na lógica que grassou na cultura intelectual portuguesa na época do iluminismo. O exame realizado dos respectivos livros de lógica evidencia, malgrado algumas diferenças, um discurso comum, edificado por conceitos usados em sentido equivalente.

**Palavras-chave:** Método de ensino. Lógica. Congregação do Oratório. Iluminismo português.

### Abstract

In the mid-eighteenth century, some philosophers who were members of the Congregation of the Oratory in Portugal systematized and disseminated the trends of logic based on the Art of Thinking of Port-Royal with the aim of replacing the Aristotelian-Scholastic scientific method used by the priests of the Society of Jesus in its pedagogy. Thus, men like Manoel Álvares and Teodoro de Almeida, prescribed some guidelines that they judged to be essential for the effective learning of people and their consequent evolution. Based on this, the central intention of this work is to historically contextualize these ideas, emphasizing the philosophical



concern regarding the method of teaching present in the logic that permeated Portuguese intellectual culture at the time of the Enlightenment. The examination carried out in the respective logic books shows, despite some differences, a common discourse, built on concepts used in an equivalent sense.

**Keywords:** Teaching method. Logic. Congregation of the Oratory. Portuguese enlightenment.

## Introdução

Ao longo da modernidade muitos pensadores empenharam-se em determinar os princípios, axiomas e teorias que justificassem a importância universal da educação para o desenvolvimento social. À educação foi atribuída a tarefa de coordenar os rumos da sociedade e modelar uma nova humanidade. Tais pensamentos repercutiram no discurso filosófico-científico, jurídico-administrativo, político e religioso (BOTO, 1998). Nesse seguimento, alcançar a civilidade era um ponto nodal na reflexão sobre os processos educativos. Com efeito,

A palavra “civilização”, que nasce no século XVIII, substantiva, precisamente, o processo de refinamento das maneiras e costumes dos europeus, instaurando, no plano da linguagem, a ligação entre a arte de bem regular as acções práticas do indivíduo em sociedade, em sintonia com a ideia de perfectibilidade moral e intelectual assinalada ao homem, e a maneira de conceber a conservação e o engrandecimento dos povos e das nações, em sintonia com a ideia de progresso (ARAUJO, 2003, p.10).

Via de regra, os conceitos de instrução e educação representavam o curso do aperfeiçoamento intelectual e moral das pessoas a fim de coexistirem em plena harmonia, de acordo com os princípios vigentes na sociedade do Antigo Regime. Obras representativas dessas noções são a *Didactica Magna* (1657) de Comenius e *Some Thoughts Concerning Education* (1692) de John Locke. O filósofo inglês declarava que os setores de baixo da população deveriam ser educados com base nos modelos da fina flor das camadas dirigentes (PEREIRA LAGE, 2021, p.108).

Essas concepções reverberaram na cultura intelectual portuguesa setecentista por meio dos trabalhos de filósofos como Martinho de Mendonça de Pina e Proença, Antônio Nunes Ribeiro Sanches, Luís Antônio Verney, Antônio Pereira de Figueiredo, Teodoro de Almeida, entre outros. Tais influências também figuraram nas leis criadas pelo governo português e funcionaram como argumentos para a expulsão dos jesuítas do reino em 1759, além de embasar as reformas empreendidas na educação portuguesa (CARDOSO, 2002).

Nesse sentido, o intenso trabalho reflexivo em torno da fabricação do saber e sua comunicação converteu-se em componente de extrema importância na aceção de ciência moderna



na cultura intelectual portuguesa do século XVIII. Assim, o processo de conceituação do termo método pode ser rastreado em fontes diversas. No geral, seu uso representava a competência em executar alguma coisa com precisão e prontidão. A apropriação do conceito substancializou-se em numerosas obras ao longo do Setecentos, no entanto, foi refletido mais detidamente no interior da lógica (CARVALHO JÚNIOR, 2021, p.316).

Nesse ensejo, o desígnio principal do trabalho em tela é verificar como esses modos de pensar foram apropriados por dois filósofos e professores oratorianos portugueses em meados do século XVIII em seus livros sobre lógica. Para tanto, examinaremos as obras *Instrução sobre a Lógica, ou Dialogos sobre a Filosofia Racional* (1760) de Manoel Álvares, e o sétimo volume da *Recreação Filosófica* (1768) de Teodoro de Almeida. Nosso olhar incidirá mais precisamente sobre as sessões acerca do método de ensinar.

Com efeito, nossas premissas metodológicas nos levam a pensar as obras em suas relações extratextuais, como partes de um contexto (intelectual, político, econômico, social, religioso etc.), com o qual elas estavam em sintonia/tensão, e ainda como respostas às questões postas pelos contextos com os quais elas agiam/reagiam (outros autores e textos, acontecimentos, teorias, projetos etc.), e como partes de uma reação/intervenção sobre a cultura da época. Em suma, a análise tem como objetivo principal compreender as relações (objetivas/subjetivas) nas quais as obras e os autores estavam associados, pois

As modalidades do agir e do pensar, conforme Ricoeur, devem ser sempre remetidas para os laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos que são moldados de diferentes maneiras em diferentes situações pelas estruturas do poder, dialogando com a proposta de Elias de pensar a descontinuidade fundamental das formações sociais e culturais, logo a das categorias filosóficas, das economias psíquicas, das formas de experiência (CHARTIER, 2002, p.25).

Nossa interpretação filia-se, portanto, à seara da História Intelectual. Nas últimas décadas esse campo historiográfico vem sendo bastante cultivado, ao mesmo tempo em que se tornou matéria de aceso debate teórico e metodológico. A História Intelectual é produzida atualmente com base em um diálogo com disciplinas como a História Social das Ideias, a História dos Intelectuais, a História Cultural, a História da Educação, a Filosofia da Linguagem, a Crítica Literária entre outras (BARROS, 2017, p.41-64).

É uma área investigativa marcada pela pluralidade de perspectivas, sem uma problemática norteadora que unifique o campo em torno de um mesmo objeto, podendo ser pensada “como uma Babel de contrastes, um repositório de excentricidades, uma feira de originalidades” (LOPES, 2002,



p.94). Seus contornos foram se delineando por meio dos trabalhos de autores como Reinhard Koselleck, Quentin Skinner, François Sirinelli, Michel Foucault, M. Abensour, Charles Zarka, Carlos Altamirano, J. A. Pocock, Richard Rorty, Dominique La Capra, entre outros. Com efeito

Entre a história intelectual e a história dos intelectuais, a história dos conceitos e a história da historiografia, a abordagem contextual e a reflexão lingüística, a internalidade e a externalidade dos textos vão pontificando os conceitos de semântica histórica, campo semântico, atos de linguagem, lance, formação discursiva, redes, gerações, corpus textuais entre tantos outros. Os avanços, as mudanças e as convergências entre as várias correntes no movimento de sua instituição foram introduzindo novos desafios e outras práticas: dos grandes textos filosóficos, históricos e políticos a outros *corpus documentais*, como os escritos dos publicistas, os manifestos políticos e culturais, os jornais e revistas, as correspondências, as biografias e autobiografia, dentre outros. Entra em cena a atenção sobre o papel das trocas culturais, a intertextualidade, a dimensão comparativa no âmbito da história conceitual e as inúmeras relações, já apontadas por estudiosos, “entre conceitos e práticas não lingüísticas: o gesto, a imagem, o cênico”. (DUTRA, 2015, P.327-329).

Dessa forma, o enfoque interpretativo adotado neste trabalho não compreende as ideias como essências imutáveis, ou como noções perenes, mas sim como representações do mundo social.

A noção de representação coletiva permite conciliar as imagens mentais claras com os esquemas interiorizados, as categorias incorporadas, que as gerem e estruturam, obrigando a remeter a modelação destes esquemas e categorias, não para processos psicológicos, sejam eles singulares ou partilhados, mas para a própria divisão do mundo social. Desta forma, pode-se pensar uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos (das representações do mundo social), que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 2002, p.19).

Essas considerações amparam-se na proposição que entende a dupla manifestação da história ou do mundo social, isto é, em forma objetivada (acumulada ao longo do tempo nas coisas) e em estado incorporado (na própria constituição biopsicossocial) (BOURDIEU, 1980, p.82). Portanto, nosso estudo situa-se nos delineamentos de uma história que compreende os textos como registros de tais modos de figurar as realidades. Em outras palavras, interpretaremos os textos como práticas discursivas veiculadoras de representações, nesse caso, sobre o método de ensinar.

Dessa forma podemos relacionar os textos com o contexto social da época por três formas. Primeiramente, como classificadores de esquemas mentais por meio dos quais um determinado grupo poderia significar a realidade. Em segundo lugar, como figurativos de práticas que objetivavam “fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no



mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição”. E finalmente, como “formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade” (CHARTIER, 2002, p.23).

Neste seguimento organizamos nossa narrativa em três partes. Na primeira tecemos breves considerações a respeito do desenvolvimento pedagógico da Congregação do Oratório em Portugal entre a segunda metade do século XVII e a os anos de 1770, sublinhando seu protagonismo no contexto de divulgação das ideias filosóficas modernas. Depois, discorremos sobre o tipo de lógica que foi produzida em Portugal na época. Finalmente, examinamos as abordagens em torno da questão do método de ensinar efetuadas por Teodoro de Almeida e Manoel Álvares.

### **A pedagogia oratoriana em Portugal na modernidade**

Em Lisboa, a Congregação do Oratório iniciou suas atividades no ano de 1668, devido aos esforços de Bartolomeu do Quental (1626-1698), capelão e confessor real naqueles anos. Posteriormente, os oratorianos se estabeleceram em outras cidades portuguesas, como Freixo de Espada à Cinta, Porto, Viseu, Braga e Estremoz. Entre os edifícios que formaram o patrimônio dos oratorianos em Lisboa incluíam-se a Casa do Espírito Santo, a Casa de Nossa Senhora das Necessidades e uma capela no hospital de São José, espaço onde auxiliavam os necessitados (PEREIRA, 2020, p.20).

Os desígnios pedagógicos dos padres filipinos foram compostos ao longo do tempo. No momento em que criou a congregação em solo português, Quental não havia estipulado como função dos membros o ato de ministrar aulas. Os regimentos da ordem vieram à luz em 12 de janeiro de 1670, e foram legitimados pelo papa Clemente X no dia 6 de maio de 1671. De início, os estatutos apontavam como objetivo maior, um vigoroso exercício pastoral. Nesse ensejo, os ingressantes já deveriam possuir sólida formação intelectual e espiritual, para poderem guiar os seculares ao caminho da fé (SANTOS, 2002, p.223).

No entanto, essas exigências primordiais transformaram-se em grande obstáculo para a formação do apostolado oratoriano. Desse modo, em 1690 um apêndice foi agregado aos regulamentos, o qual normatizava o ensino no interior do agrupamento religioso. A partir desse suplemento, as práticas pastorais estavam concatenadas ao cultivo das letras, de modo que o conhecimento passou a ser entendido como ferramenta indispensável para a redenção das almas. Guiados por essas novas orientações os padres oratorianos aplicaram-se ao ensino e aprendizagem de teologia, filosofia, física, lógica, metafísica, gramática e retórica. Todavia, é mister informar o



leitor que o ensino público ofertado pelo oratório se deu somente na década de 1750 (IBIDEM, p.238).

Ao mesmo tempo em que a tendência pedagógica oratoriana se afirmava muitos de seus membros circulavam nas esferas do poder, desempenhando relevantes funções. Prova disso é que os padres Domingos Pereira e Francisco Pedroso ocuparam o cargo de confesores do rei. Além disso, durante a regência de D. João V, alguns edifícios da ordem foram aumentados (IBIDEM, p.237).

Em 8 de fevereiro de 1745 essa casa, instalada junto ao Palácio das Necessidades, foi doada juntamente com a respectiva cerca por D. João V à Congregação do Oratório. Pouco depois, em março de 1745, D. João V comprou as terras confinantes junto a Baltazar Pereira do Lago e Antônio Rodrigues Dias, tornando-se a maior cerca conventual de Lisboa. Esse espaço começou a ser utilizado a partir de 1750. Nele vigorou uma Aula de Física Experimental. Por consequência do terremoto de 1755 a Casa do Espírito Santo foi totalmente destruída, o que culminou na migração dos padres oratorianos para a Casa de Nossa Senhora das Necessidades (IBIDEM, p.240).

A Casa do Porto foi fundada pelos P.e Manuel Rodrigues Leitão e João Lobo, tendo sido preparada pelo P.e Baltasar Guedes, fundador do Colégio dos Meninos Orfãos do Porto. O Oratório do Porto dedicou-se intensamente ao ensino. Em 1682, pediu à Casa de Lisboa um mestre para os seus cursos, mas acabou por ser um Carmelita o primeiro professor do Oratório do Porto - Fr. Luís Caldeira. Os alunos externos que frequentavam as aulas de Filosofia, atingiram o número entre 150 e 250. A Casa do Porto abrigava, em média, entre 45 e 50 pessoas. Em 1696, a Congregação do Porto inicia o magistério, havendo um intenso ritmo de cursos de Filosofia e de Teologia e, mais tarde, teve mesmo de haver simultaneidade destes cursos dada a afluência. Em meados do século XVIII, as instalações dos Oratorianos eram consideradas as melhores de entre todas as famílias religiosas portuenses (MAIA, 1997, p.69).

Nesses anos, as aulas de filosofia no Porto eram ministradas pelo professor Manuel Álvares. Até o momento a trajetória desse autor foi negligenciada, de modo que não temos informações a seu respeito. Sabemos, no entanto, que escreveu duas obras significativas sobre o contexto intelectual da época: as *Instruções sobre a Lógica ou diálogos sobre a filosofia racional* (1760), e *História da Criação do mundo conforme as ideias de Moizes e dos Filósofos* (1762) (CALAFATE, 1992).

Em Lisboa, o professor de filosofia do Oratório era Teodoro de Almeida. Nascido em Lisboa no ano de 1722, formou-se na Congregação do Oratório, onde foi pupilo de João Baptista de Castro. Começou a lecionar filosofia no laboratório da ordem em 1748. Teve como alunos fidalgos e nobres frequentadores da corte. O primeiro volume de sua *Recreação filosófica* saiu dos prelos em 1751 (SANTOS, 2002, p.93).



No ano de 1760 o filósofo foi expulso da corte pelo então secretário de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo. Ficou escondido no Porto durante oito anos, desempenhando os desígnios de sua ordem. Foi nesse tempo em que publicou o sétimo volume da *Recreação filosófica*, onde discorreu sobre a lógica. Após ser descoberto, pelo Secretário de Dom José I, teve que fugir para a França, onde ficou até 1778 (SANTOS, 1980, p.63).

Retornou a Portugal depois da queda do Marquês de Pombal. Até 1804, ano de sua morte, contribuiu em grande medida para o desenvolvimento da cultura científica portuguesa, ajudando a fundar a Real Academia das Ciências de Lisboa e publicando obras como *O feliz independente do mundo e da fortuna* (1779), e os três últimos volumes da *Recreação filosófica*. (AZEVEDO, 1979, p.242).

O trabalho intelectual dos oratorianos portugueses foi marcante na cultura portuguesa setecentista. No ato de estudar e aprender fomentaram o debate e a veiculação de ideias oriundas de pensadores como Newton, Locke, Descartes, Bacon, Genovesi, Gassendi, Wolf, e outros mais. A biblioteca que possuíam conservava em torno de 30.000 volumes. Para mais, dispunham de um laboratório científico para executarem suas atividades.

Com efeito, esse esmero no cultivo das letras materializou-se em obras como *O verdadeiro método de estudar* (1746) de Luís Antonio Verney, *O novo método de gramática latina* (1746) de Manuel Monteiro, *Philosophia Aristotelica Restituta* (1748) de João Baptista de Castro, *Arte Poética ou Regras da Verdadeira Poesia* (1748) de Francisco José Freire, *Recreação Filosófica* (1751) de Teodoro de Almeida, *Novo método de gramática* (1753) de Antonio Pereira de Figueiredo entre outras.

### **A lógica em Portugal no século XVIII**

Os livros de lógica produzidos e divulgados em Portugal no decorrer do século XVIII foram inspirados nas renovadoras ideias oriundas de outras partes da Europa. A *Lógica racional, geométrica e analítica* de Manuel de Azevedo Fortes veio à lume em 1744 e marcou o início da difusão de um novo tipo de educação do entendimento que tecia acentuadas críticas ao modelo metodológico praticado pelos cultores da tradição peripatética (FONSECA, 2016).

Na esteira de Azevedo Fortes, Verney, Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Teodoro de Almeida e Manoel Álvares também escreveram sobre a matéria. Os autores se opunham à lógica predominante nas escolas portuguesas, e deixavam clara sua preferência pelos filósofos modernos. No prólogo de seu livro, Álvares afirma que



He pois a Logica que exponho a mesma, que no passado, e prezente seculo seguirao homens de grande merecimento na República Litteraria; a mesma, com que fizerão agigantados progressos Francisco Bacao, Renato Descartes, Pedro Gassendo, Joao Lockio, o Autor d'Arte de penfâr, Mariotto, Antonio Genuense, e infinitos outros, q desterrarao das Escolas as monstruofas chimêras dos Antigos, e admittirao em seu lugar um novo corpo de doutrina, proprio para guiar o nosso entendimento pelo caminho da verdade (ÁLVARES, 1760).

Para Álvares o aperfeiçoamento cognitivo era um trabalho indispensável a todos. O uso do pronome indefinido variável ‘todos’ sinaliza a crença comum aos filósofos iluministas na importância universal da educação como elevação do espírito humano. Nesse sentido, seria justo dar à luz um material que norteasse as operações do intelecto, isto é, conceber, julgar, raciocinar e ordenar. Em seu dizer

A Necessidade, que todos tem de aperfeiçoar o seu entendimento he o motivo principal, que me impellio a publicar este pequeno volume. A sua materia he a Logica, cujo emprego sao as nossas mesmas idéas, os nossos juizos, e discursos; o methodo, que devemos seguir, quando aprendemos qualquer ciencia; e em fim a direcção das operações da nossa mente he o constitutivo desta Logica (ÁLVARES, 1760).

Esse ensinamento valorizava a experiência individual. Nesse sentido, Almeida sublinhou a importância da convivência com pessoas educadas na arte do discurso. Contudo, atribuía maior peso à reflexão pessoal bem orientada, fosse pela própria vivência ou por meio dos exemplos dos varões ilustres. Para o filósofo, o entendimento seria comparável a um terreno fecundo e produtivo, no qual a qualidade dos produtos dependeria de cuidado. Em suas palavras

Muito faz o trato com pessoas que discorrem maduramente, e com fundamento para não errarmos a cada passo; porém muito mais aproveita para isso o fazermos algumas reflexões, que ou a própria experiência, ou a de muitos varões sábios nos tem obrigado a fazer sobre o nosso entendimento, e modo de o cultivar. Eugénio, o nosso entendimento he como hum campo de si fértil, e vigoroso, que sempre está produzindo: se não tem cultura, produz cardos, abrolhos, ortigas, e mato bravo: se o cultivão, dá frutos deliciosos, e flores engraçadíssimas. (ALMEIDA. 1768, p. 4).

Desse modo, a educação do entendimento era identificada como uma arte, com evidente inspiração em Port-Royal, como podemos ler na passagem de Álvares citada anteriormente. A notabilidade auferida em sua época pela *Arte de pensar* (1683) de Pierre Nicole e Antoine Arnaud, pensadores que atuaram no convento de Port-Royal, pode ser explicada pelo seu sabor eclético. Ela incrementava a lógica tradicional com questões metafísicas, morais, epistemológicas e retóricas. Em clara oposição ao método aristotélico-escolástico e à dialética ramista, os pensadores de Port-Royal afirmavam em sua lógica as influências do augustinismo característico dos jansenistas e alguns



ensinamentos de Descartes. Assim, incluíam proposições metodológicas às outras partes tradicionalmente discutidas, que entre outros problemas, defrontavam o ceticismo pirronista (FONSECA, 2016).

Para mais, o resplendor dessa arte de pensar explica-se pela sua abordagem dos temas cotidianos relacionados às vicissitudes humanas. Nesse ponto se diferenciava de um modo de produção lógica tipicamente escolástico, realizado no interior do monastério, cuja memorização de figuras e silogismos, replicados e adaptados muitas vezes, era voltada às disputas argumentativas. Aborrecidos com essa prática pedagógica Nicole e Arnaud incrementaram sua lógica com variados exemplos cotidianos e zombarias atinentes às superstições habituais das pessoas. Dessa feita, preferiram nomear sua obra de arte em vez de ciência (COXITO, 2010).

Assim, segundo Álvares,

A Logica he huma Arte, que dirige as operaçoens da nossa mente, mostrando-nos o caminho que que devemos seguir para alcançar-mos a verdade. Trata das nossas ideias, juízos e discursos: declara o methodo com que devemos aprender qualquer ciencia: descobre os erros, e enganos, em que quotidianamente caímos; e ensina o modo com que os havemos de evitar. Arte he qualquer collecção de ditames que dirigem para executar alguma obra: se a obra só se exercita pelo entendimento, a arte se chama liberal; e se he exercitada por acçoens externas, a arte se chama mecânica (ÁLVARES, 1760, p. 7).

Em Portugal, durante o reinado de D. José I, a lógica ensinada pelos jesuítas foi rotulada de antiga, péssima e prejudicial pela Junta da Providência Literária reunida por Sebastião José de Carvalho e Melo em 1770 para examinar as causas do declínio da educação portuguesa e propor medidas para sua restauração. O problema dos malditos discípulos de Loyola, conforme o comitê pombalino, era a ignorância da verdadeira composição da lógica, motivo pelo qual supervalorizavam as disputas argumentativas. Desse modo, não podiam ser capazes de desempenhar a nobre função educacional que se propunham. A peste inaciana contaminou o ilustre instrumento das ciências, poluiu a mestra dos preceitos de achar e propor a verdade, portanto, devia ser erradicada do reino português. Conforme o documento

a péssima Lógica que se ensinou sempre sem interrupção no Real Colégio das Artes, e em todas as mais Escolas Filosóficas destes Reinos, desde a invasão dos ditos Jesuítas, dominando nelas, com império exclusivo, a antiga e prejudicial Lógica dos Escolásticos, que nem compreendiam a verdadeira natureza e essência deste Instrumento das Ciências, como se vê pelas definições que lhe davam, pois que sendo ela a Mestra dos preceitos de achar e propor a verdade, e podendo esta alcançar-se não só pela disputa, mas também pela meditação e pela leitura, eles pela maior parte só davam a conhecer pela Arte de Disputar, mostrando evidentemente com esta má definição não terem ainda chegado a conceber uma



ideia adequada e completa da Lógica em toda a sua extensão, mas sim empregavam-se no mesmo Real Colégio dois anos do quadriênio filosófico determinado pelos Estatutos, o primeiro na explicação da Lógica Carvalha, ou Barreta; o segundo na de outra semelhante, ou pior, que o lente actual ditava da Cadeira desde o princípio do ano precedente, mas sendo inteiramente perdido esse biénio Lógico, por nele não se ter ensinado uma Lógica capaz de desempenhar os seus Offícios (POMBAL, 2011, p.221).

Outro crime imperdoável cometido pelos jesuítas, segundo o julgamento dos partidários de Pombal, foi o de terem negado a divulgação e o ensino das ideias dos pensadores modernos que poderiam contribuir para a otimização do Reino português.

a pertinaz adesão que a nociva Sociedade Directora das Escolas Menores teve sempre à sobredita péssima Lógica, e a forte oposição e incrível resistência que fez no Reinado passado à introdução da boa Filosofia nestes Reinos, pois que tendo-se neles começado a sacudir o pesado jugo e a tirânica servidão, em que o Peripato tinha os espíritos e a ensinar-se publicamente a Filosofia Moderna, e como parte dela a Lógica já reformada por Pedro de Ramo, Bacon, Descartes, Gassendo e outros modernos, devendo a mesma prejudicial Sociedade proscrever logo das suas aulas a Lógica antiga, apurar a sua indústria e aplicar todo o fervor da sua emulação, para que nelas se ensinasse uma Lógica melhor e mais perfeita, do que as outras, que neles se ouviam já em algumas Escolas, e que fosse também já emendada pelas luzes de Nicole, Malebranche, Mariotte, Thomásio, Locke, le Clerc, e Wolfio, satisfizesse completamente ao seu fim, trazendo tudo o melhor que sobre ela têm escrito Antigos e Modernos e que fosse verdadeiramente Eclética<sup>263</sup>. Sem embargo de tudo isto não deu a mesma Sociedade um só passo que não fosse contrário. Apenas viu arvorar nas ditas Escolas a bandeira da Lógica Moderna, tocou logo a rebate contra ela; pregou por toda a parte que era inútil e insuficiente para as Ciências Maiores, principalmente para a Teologia, que os Filósofos Modernos não sabiam esta parte da Filosofia e outros disparates semelhantes, ou piores, que todos retardaram muito os progressos da boa Lógica, os quais, sem estes obstáculos, teriam sido certamente mais rápidos (POMBAL, 2011, p.222).

Por conseguinte, a lógica difundida em Portugal no século XVIII seguiu o modelo da *Arte de Pensar* de Port-Royal, e seu intento maior foi educar os indivíduos para agirem na sociedade. Ademais, visava clarificar o funcionamento cognitivo dos homens e mulheres, classificando as ideias geradas pelos sentidos e pelo intelecto. Além disso, ela classificava os juízos, distinguia os motivos dos julgamentos equivocados e fornecia meios para a instrução do entendimento fazendo uso da hermenêutica e da arte crítica, com vistas a fundamentar uma teoria da argumentação em proveito de uma metodologia da comunicação escrita ou oral. (RIBEIRO, 2003, p.38-48).

Nesse sentido é sintomática a definição registrada no documento pombalino:

E sendo a Lógica a porta de todas as Ciências, tendo por objecto, polir o entendimento, evacua-lo de perversões, dirigindo-lhe as três operações, dar-lhe uma boa noção das ideias, ensiná-lo a formar um juízo são e seguro, a discorrer



com solidez, com acerto e com ordem, para o fim de descobrir a verdade, ou certa, ou provável, ou seja pela 4 disputa, ou pela meditação, ou pela leitura, e a poder comunicá-la por meio de voz ou da escritura, mostrando a mesma Lógica o critério da verdade, dando as úteis e importantes doutrinas do Método, da Hermenêutica e da Crítica, que todas são de um uso perpétuo e contínuo em todas as Ciências (POMBAL, 2011, p.219).

O tema do método foi tratado por Manuel Álvares e Teodoro de Almeida na última sessão de seus livros, onde discorreram sobre sua natureza, sua divisão em sintético e analítico, e ainda as leis do estudo, do ensino e da disputa. Como declarado anteriormente, nos interessa examinar os ditames em torno do método de ensino. Passemos à análise.

### Os princípios do método de ensinar

Ambos os autores organizaram suas obras segundo o método dialogístico. Os interlocutores dos diálogos escritos por Álvares são Fábio e Florêncio. O primeiro representa um homem erudito, que vive afastado dos tumultos da corte, “e por esta causa habitando n’hum aprazível solidão, onde entregue a huma vida literária vive muito satisfeito”. O segundo personagem “faz a figura de hum mancebo de engenho vivo, e perspicaz, mas destituído de estudos”, que após encontrar-se com Fábio, inclina-se ao cultivo do entendimento (ÁLVARES, 1760).

Já os colóquios escritos por Almeida ocorrem entre três figuras: Teodósio, um religioso versado nas ciências, que encarna as ideias do próprio autor; Eugênio, um militar que deseja aprender filosofia moderna para participar das conversas de salão ocorridas na corte; e Sílvio, um médico defensor das ideias escolásticas. Ao contrário de Álvares, Almeida criou um personagem para representar o discurso que queria combater. Outra diferença na composição diz respeito às sessões. Almeida dividiu sua obra em tardes, ao passo que Álvares as intitulou de conferências. Assim, verifica-se que a lógica de Teodoro de Almeida ocupou o espaço entre as tardes XXXVI e XXXXV, dando sequência à sua obra *Recreação filosófica*, que já tinha seis volumes sobre filosofia natural publicados.

Com efeito, notamos nos textos uma clara influência das ideias de Luís António Verney. Verney nasceu em Lisboa no ano de 1713. Realizou os estudos menores no Colégio de Santo Antão entre 1720 e 1727. Depois, assistiu às aulas na Congregação do Oratório. Mais tarde, se formou em teologia na Universidade de Évora. Em Roma, obteve doutorado em teologia e jurisprudência. Sua experiência no exterior contribuiu em grande medida para escrever *O verdadeiro método de estudar*, obra organizada em cartas, que impulsionou o debate entre os intelectuais portugueses a respeito de um suposto atraso cultural do Reino (CARVALHO JÚNIOR, 2015, p.52).



Sem produzir ideias novas, Verney denunciou a incultura de seus compatriotas e convidou-os a remodelar os alicerces da educação, acentuando o valor das ideias de pensadores como Descartes e Locke. Verney reprovou vigorosamente a educação aos moldes escolásticos, identificando nela, o motivo principal do atraso cultural português. Entre seus escritos figuram: *De Orthographia Latina* (1747), *Respostas as Reflexões Apologéticas* (1748), *De Re logica* (1751), *Apparatus ad philosophiam et theologiam* (1751), *De Re Metaphysica* (1753), *De Re Physica* (1758), *Gramática Latina* (1758). Em 1768 Verney foi nomeado secretário da Legação de Portugal em Roma. No ano de 1780 foi designado sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa. Foi eleito deputado honorário da Mesa de Consciência e Ordens em 1790. Faleceu em Roma em 1792 (IBIDEM).

Abordando o método de ensinar em sua lógica, Verney afirma que são qualidades distintivas de um homem ilustrado a paixão pela pesquisa da verdade e a fácil instrução de seus próximos. Além disso, ressalta que o efetivo aprendizado seria aquele que possibilitasse ao indivíduo o uso de ideias que gerenciassem suas ações, levando-os ao regozijo existencial. Em seu entendimento

É próprio de um homem douto não só investigar com paixão a verdade, mas também ensiná-la aos outros e expô-la de forma tão evidente que eles reconheçam possuí-la, e infiram dela preceitos de tal natureza que regulem as ações humanas e nos tornem felizes nesta vida; mais que isso, que aplanem de algum modo o caminho para alcançar a suprema beatitude (VERNEY, 2010, p.288).

Desse modo, o filósofo agregava ao caráter dos homens de ciência uma função próxima a de um ministro apostólico, a quem competia de algum modo, pastorear almas para a corte celestial. Todavia, muitos doutos, encantados pela vã notoriedade de mestres, seduziam os outros com improcedências. Dessa forma,

Sucedem, porém, algumas vezes que aqueles que investigaram a verdade sem esforço pessoal também não a conheceram profundamente enquanto exposta pelos outros. Deslumbrados pela reputação fútil de preceptores, eles incutem nos outros coisas rudes e confusas, apoiando-se em fundamentos inconsistentes; e insinuam nos espíritos delicados das crianças tais opiniões e oprimem-nas com tão grande número de doutrinas enfadonhas que, mais avançadas na idade, dificilmente elas poderão basear-se unicamente nessas opiniões. Decerto, para eles deixarem de se comportar insensatamente como enfadonhos, devem ser instruídos sobre o modo de ensinar convenientemente os seus ouvintes. (IDEM, p.288-289).

Em sintonia com Verney, Manoel Álvares afirma que a primeira atitude de um mestre ao instruir seria observar a idade e as capacidades dos estudantes. Desse modo, não recomendava ao docente onerar o interlocutor com abundantes raciocínios nem mimosear os seus aparelhos



auditivos com adornos retóricos para os enganar, mas impulsioná-los com pequena quantidade de razões comunicada por meio de natural eloquência (ÁLVARES, 1760, p.295).

Na mesma linha de seus confrades, Teodoro de Almeida adverte que o preceptor que busca instruir a veracidade não cativaria o público com o refinamento artificioso das palavras, mas com o vigor dos argumentos declarados. Assim, seria seu encargo esclarecer de partida a situação do problema, decompondo-o em seus elementos, e explicando-os com prontidão e clareza (ALMEIDA, 1768, p. 411). Ademais, os autores acreditavam ser igualmente indispensável que o educador elucidasse quaisquer expressões obscuras que operasse.

O uso de exemplos conhecidos era outro componente importante do método de ensinar, especialmente se aquilo que fosse ser explanado tivesse alto nível de complicação. Desse modo, o instrutor poderia começar regularmente pelos objetos mais acessíveis, e extraindo destes outros mais complexos, chegaria assim aos casos específicos, dando ordem ao conteúdo estudado. Além disso, era crucial ao instrutor apresentar as complicações predominantes no estudo, esclarecendo-as com princípios consistentes, exatos e de fácil apreensão (ÁLVARES, 1760, p.288). Por conseguinte,

Deve o Mestre usar o methodo geométrico, de que já propuz hum exemplo, principiando pelas Definições: daqui passando aos Axiomas, Postulados, Hypotheses, Experimentos, Lemmas, e tirando de todas estas proposições o Problemas, ou Theorema, que se deseja demonstrar; acrescentando a cada proposição os corolários que naturalmente se seguirem, e que forem próprios para demonstrar outras proposições, ou também para dar a conhecer alguma verdade incógnita: e se for necessário para melhor explicação, se pode ajuntar hum, ou mais Eschólíos á demonstração (IDEM, 1760, p.300).

Em suma, na lógica que foi divulgada pelos professores de filosofia racional oratorianos em Portugal no século XVIII, constatamos o cuidado reflexivo no que tange ao tema do ensino. Neste seguimento, ao discorrerem sobre o método, Manoel Álvares e Teodoro de Almeida, assim como Azevedo Fortes, Verney, Cenáculo, Nicole e Arnaud, prescreveram regras concisas para um ensino efetivo, o qual deveria ser claro e preciso, cujo fim era desenvolver o entendimento dos homens, qualificando-os a viver em sociedade.

### **Considerações finais**

O presente estudo verificou que o tema do ensino em Portugal no século XVIII foi refletido por alguns filósofos e professores ligados à Congregação do Oratório em seus livros sobre lógica. Nessa produção, a atividade docente estava concatenada a uma espécie de vocação intelectual, livre



do pedantismo filosófico e das vaidades oriundas da fama de mestre. Além de ser um amante da verdade e incansável pesquisador, cabia ao homem ilustrado, segundo tal representação, instruir as pessoas na vida prática, desenvolvendo virtudes que as encaminhariam à bem-aventurança celestial.

Quanto aos ditames da boa arte de pensar prescritos pelos oratorianos, destacam-se a observação das características individuais dos educandos, a comunicação clara dos preceitos sem apelo aos ornamentos retóricos, o uso de exemplos cotidianos como estratégia de persuasão, e o uso do método geométrico de exposição dos conhecimentos.

Por meio do conceito de representação tivemos condições de associar o conjunto de textos analisado com o contexto intelectual e social português da época de três modos: Em primeiro lugar, sublinhamos sua função organizadora e categorizadora, capaz de gerar arranjos cognitivos, mediante os quais o método de ensino poderia ser proposto e apropriado de inúmeras maneiras naquela conjuntura. Depois, destacamos o caráter prescritivo dos textos, que visava modos de ação, no sentido de perpetuar um status social, uma posição nos jogos de poder. E finalmente, realçamos as produções como formas normatizadas, por meio das quais os autores representaram um novo discurso educacional propagado no seio da congregação do oratório, marcando distintamente a existência da ordem naquela época.

## Referências

ALMEIDA, Teodoro de. *Recreação Filosófica, ou Dialogo sobre a Filosofia Racional, para instrução de pessoas curiosas, que não frequentarão as aulas*. Tomo VII. Lisboa: na impressão régia, 1768.

ÁLVARES, Manoel. *Instrução sobre a Logica, ou Dialogos sobre a Filosofia Racional*. Porto: Na Officina de Francisco Mendes Lima, 1760.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal*. Temas e problemas. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ARNAULD, Antoine; NICOLE, Pierre. *A Lógica ou a Arte de Pensar*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

AZEVEDO, Ferdinand, S.J. Teodoro de Almeida: *A Religious Orator of the Portuguese Enlightenment*. *Revista Luso-Brasileira* v.16, n.2, 1979, pp.239- 247.

BARROS, José D'Assunção. "História das Idéias – em torno de um domínio historiográfico" in *Revista Locus – Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF*. Vol. 13, n°1, 2007, p.41-64.

BRAGA, Isabel Drumond. *As realidades culturais*. Editorial Presença, 2001.



CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel. 2002.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Historiografia e História Intelectual*. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 327-329, mai/ago 2015.

LITERÁRIA, Junta da Providência. *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*. Lusofia: press, Covilhã, 2011, pp.17-20.

GOMES, Evandro Luís. *O desenvolvimento da lógica no Brasil: da herança ibero-portuguesa aos primórdios do século XIX*. *Revista Eletrônica Informação e Cognição*, v.4, n.1, p.10-33, 2002-2005.

JUNIOR, Eduardo Teixeira de. *O método em Verney e o Iluminismo em Portugal*. Universidade Federal Paraná: Tese de Doutorado em História, 2015.

\_\_\_\_\_. *A dimensão política do conceito de método no século XVIII português*. LAGE, Ana Cristina Pereira (org). Instituições educativas. Cultura, escrita e administração na América Portuguesa. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021.

LOPES, Marcos Antônio. *Texto, contexto, interpretação*. *Cenas de um debate teórico em História das ideias*. Londrina: EDUEL, 2015.

MUÑOZ DELGADO, V. *Lógica Hispano-portuguesa e ibero-americana en el siglo XVII*. Salamanca, 1982.

SANTOS, Eugénio dos. *Para a história da cultura em Portugal no século XVIII: Oração de abertura da Academia de Ciências de Lisboa do padre Teodoro de Almeida*. Repositório Digital Universidade do Porto, 1980, p.53-90.

SANTOS, Antonio César de Almeida. *Decifrando palavras: um vocabulário de cultura e educação no contexto das Luzes portuguesas*. LAGE, Ana Cristina Pereira (org). Instituições educativas. Cultura, escrita e administração na América Portuguesa. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2021.

SANTOS, Zulmira. *Literatura e Espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Tese de Doutorado, 2002.

VERNEY, Luís António. *Lógica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

**Recebido: 04-10-2022**

**Aceito: 21-07-2023**